

Diário do Legislativo de 18/06/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmolo Aloise - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA

(PSDB/PDT/PTB/PPS/PRTB E PSB):

Líder: Deputado Antônio Carlos Andrada (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Carlos Pimenta (PDT), Neider Moreira(PPS); Gustavo Valadares (PRTB) e Arlen Santiago (PTB)

2) LIDERANÇA DO BLOCO PT/PC do B:

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputadas Jô Moraes(PC do B) e Maria Tereza Lara (PT)

3) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Deputado Dinis Pinheiro

Vice-Líder: Deputados Jayro Lessa e Alberto Bejani

4) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Ivair Nogueira

Vice-Líder: Deputado Chico Rafael

5) LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

6) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados Bonifácio Mourão (PSDB); José Milton (PL), Paulo Piau (PP)

7) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Deputado Miguel Martini (PSB)

8) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Chico Simões(PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente
Domingos Sávio

Deputado BPSB Vice-Presidente
Dalmo Ribeiro Silva

Deputado BPSB
Carlos Pimenta

Deputado PMDB
Leonardo Quintão

Deputada Jô Bloco PT/PCdoB
Moraes

Deputado PMDB
Chico Rafael

Deputado PL
Dinis Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Alencar da BPSB
Silveira Jr.

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Ermano BPSB
Batista

Deputado João Bittar PL

Deputado Roberto Bloco PT/PCdoB
Carvalho

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado Leonardo PL
Moreira

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PL Presidente
Bittar

Deputado PMDB Vice-Presidente
Gilberto Abramo

Deputado Zé BPSB
Maia

Deputada Cecília Ferramenta Bloco PT/PCdo B

Deputado Olinto Godinho BPSP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BPSP

Deputado José Henrique PMDB

Deputada Ana Maria BPSP

Deputado André Quintão Bloco PT/PCdoB

Deputado Fábio Avelar BPSP

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL Presidente

Deputado Durval Ângelo Bloco PT/PCdo B Vice-Presidente

Deputado Gustavo Valadares BPSP

Deputado Ermano Batista BPSP

Deputado Paulo Piau PP

Deputado Gilberto Abramo PMDB

Deputado Leonardo Moreira PL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BPSP

Deputado Weliton Prado Bloco PT/PCdoB

Deputado Miguel Martini BPSP

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dinis PL
Pinheiro

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada BPSB Presidente
Lúcia Pacífico

Deputada BPSB Vice-Presidente
Vanessa Lucas

Deputado PP
Dimas Fabiano

Deputada Bloco
Maria Tereza PT/PCdo
Lara B

Deputado PMDB
Antônio Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fábio Avelar BPSB

Deputado Miguel BPSB
Martini

Deputado Antônio PL
Genaro

Deputada Jô Moraes Bloco PT/PCdoB

Deputado Chico Rafael PMDB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bloco Presidente
Durval Ângelo PT/PCdo
B

Deputado PL Vice-Presidente
Roberto Ramos

Deputado BPSB
Mauro Lobo

Deputado Bloco
Roberto PT/PCdo
Carvalho B

Deputado PL
Célio Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Campos Marília Bloco PT/PCdoB

Deputado Bejani Alberto PL

Deputado Sawan Fahim BPSP

Deputado Duarte Ricardo Bloco PT/PCdoB

Deputado Sidinho do PL
Ferrotaco

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes PMDB Presidente

Deputada Maria Ana BPSP Vice-Presidente

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BPSP

Deputado Weliton Prado Bloco PT/PCdoB

Deputado Leonídio Bouças BPSP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rafael Chico PMDB

Deputado Valadares Gustavo BPSP

Deputado Bejani Alberto PL

Deputada Tereza Lara Maria Bloco PT/PCdoB

Deputado Santiago Arlen BPSP

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ermano Batista BPSP Presidente

Deputado Jayro Lessa PL Vice-Presidente

Deputado BPSB
Sebastião
Helvécio

Deputado PL
Irani Barbosa

Deputado Gil PP
Pereira

Deputado Bloco
Chico Simões PT/PCdo
B

Deputado PMDB
José Henrique

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BPSB

Deputado José Milton PL

Deputado Mauro BPSB
Lobo

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Rogério Bloco PT/PCdoB
Correia

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Bloco Presidente
Maria José PT/PCdo
Hauelsen B

Deputado BPSB Vice-Presidente
Doutor
Ronaldo

Deputado PL
Márcio Passos

Deputado PL
José Milton

Deputado BPSB
Fábio Avelar

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino Bloco PT/PCdoB
Augusto

Deputado Miguel BPSB
Martini

Deputado Elmiro PFL
Nascimento

Deputado Sidinho do PL
Ferrotaco

Deputada Lúcia BPSP
Pacífico

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Mauro BPSP
Lobo

Deputado Gustavo BPSP
Valadares

Deputado André Bloco
Quintão PT/PCdoB

Deputado João Bittar PL

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lúcia BPSP
Pacífico

Deputada Olinto BPSP
Godinho

Deputada Jô Moraes Bloco PT/PCdoB

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PFL Presidente
Doutor Viana

Deputado Bloco Vice-Presidente
Padre João PT/PCdoB

Deputado Luiz BPSP
Humberto Carneiro

Deputado BPSP
Alencar da Silveira Jr.

Deputado PMDB
Gilberto Abramo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Piau PP

Deputada Maria José Bloco PT/PCdoB
Haueisen

Deputada Ana Maria BPS

Deputado Zé Maia BPS

Deputado Bonifácio BPS
Mourão

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada BPS Presidente
Maria Olívia

Deputado PL Vice-Presidente
Antônio Genaro

Deputado BPS
Doutor Ronaldo

Deputado BPS
Djalma Diniz

Deputado Bloco PT/PCdoB
Laudelino Augusto B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Miguel BPS
Martini

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Alencar da BPS
Silveira Jr.

Deputado Fahim BPS
Sawan

Deputado Durval Bloco PT/PCdoB
Ângelo

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bloco Presidente
Ricardo PT/PCdoB
Duarte B

Deputado BPS Vice-Presidente
Fahim Sawan

Deputado Neider Moreira BPS

Deputado Doutor Viana PFL

Deputado João Bittar PL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Chico Simões Bloco PT/PCdoB

Deputado Ronaldo Doutor BPS

Deputado Carlos Pimenta BPS

Deputado Alberto Bejani PL

Deputado Leonardo Quintão PMDB

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - segundas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sargento Rodrigues BPS Presidente

Deputado Alberto Bejani PL Vice-Presidente

Deputado Olinto Godinho BPS

Deputado Rogério Correia Bloco PT/PCdoB

Deputado Leonardo Moreira PL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BPS

Deputado Ramos Roberto PL

Deputado Santiago Arlen BPS

Deputado Rocha Biel Bloco PT/PCdoB

Deputado Moreira Célio PL

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio Moreira	PL	Presidente
Deputada Marília Campos	Bloco PT/PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Ana Maria	BPSP	
Deputado Pinduca Ferreira	PP	
Deputado André Quintão	Bloco PT/PCdoB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jayro Lessa	PL	
Deputado Padre João	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Paulo César	BPSP	
Deputado Fabiano	Dimas PP	
Deputada Hauelsen	Maria José Bloco PT/PCdoB	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Pereira	Gil PP	Presidente
Deputado Adalclever Lopes	PMDB	Vice-Presidente
Deputado Djalma Diniz	BPSP	
Deputado Laudelino Augusto	Bloco PT/PCdo B	
Deputado Sidinho Ferrotaco	PL do	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fabiano	Dimas PP	
---------------------	----------	--

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado Paulo BPSP
César

Deputada Cecília Bloco PT/PCdoB
Ferramenta

Deputado Célio PL
Moreira

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado José PMDB Presidente
Henrique

Deputado PFL Vice-Presidente
Elmiro Nascimento

Deputado BPSP
Paulo César

Deputado Biel Bloco
Rocha PT/PCdo
B

Deputado BPSP
Leonídio Bouças

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Sebastião PFL
Navarro Vieira

Deputado Gustavo BPSP
Valadares

Deputado Laudelino Bloco PT/PCdoB
Augusto

Deputado Arlen Santiago BPSP

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Debates

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES, EM 16/6/2003

Presidência do Deputado Laudelino Augusto

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Luiz Fernando Faria - Ana Maria - Bonifácio Mourão - Elmiro Nascimento - Gustavo Valadares - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Maria José Hauelsen.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Laudelino Augusto) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 17, às 8h30min, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

ATA DA 8ª REUNIÃO Ordinária DA COMISSÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS, em 10/6/2003

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Navarro Vieira, Fábio Avelar, Antônio Carlos Andrada e José Henrique, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Olinto Godinho. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Navarro Vieira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir a Sra. Raquel de Oliveira Miranda Simões, Diretora-Geral do Tribunal de Contas do Estado, e comunica o recebimento de documentação enviada pelo Sindicato dos Trabalhadores daquele Tribunal. O Presidente passa os documentos às mãos do relator, Deputado Antônio Carlos Andrada, para que faça a devida análise. A Presidência passa a palavra à Sra. Raquel de Oliveira Miranda Simões, que, acompanhada dos Srs. Carlos Alberto Nunes Borges, Diretor de Análise Formal de Contas, e Marconi Augusto Fernandes de Castro Braga, Diretor de Auditoria Externa do Tribunal de Contas, responde às perguntas dos Deputados presentes. O Presidente esclarece que o inteiro teor da reunião consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária, a ser realizada hoje, terça-feira, dia 10/6/2003, às 17 horas, no Plenarinho I desta Casa, com a finalidade de se apresentar o relatório sobre as visitas feitas ao Tribunal de Contas dos Municípios e do Estado de Goiás, no dia 9/6/2003, e ao Tribunal de Contas de Minas Gerais, no dia de hoje, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2003.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente - Antônio Carlos Andrada - José Henrique - Olinto Godinho.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão de Participação Popular, em 10/6/2003

Às 15h4min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Mauro Lobo, André Quintão, Gustavo Valadares e Leonardo Quintão, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Mauro Lobo, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da Comissão, a qual se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente. Após, determina a distribuição das cédulas de votação e solicita ao Deputado Gustavo Valadares que atue como escrutinador. Feita a conferência das cédulas de votação, são eleitos por unanimidade, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente os Deputados André Quintão e Gustavo Valadares, que são declarados eleitos e empossados. O Presidente eleito, Deputado André Quintão, agradece a confiança nele depositada e, informa, após acordo feito com os demais membros, que a Comissão se reunirá ordinariamente às quintas-feiras, às 14h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2003.

André Quintão, Presidente - Gustavo Valadares - Leonardo Quintão.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da comissão especial do tribunal de contas, em 10/6/2003

Às 17h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Navarro Vieira, Antônio Carlos Andrada, José Henrique e Olinto Godinho, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Navarro Vieira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado José Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina à apresentação dos relatórios sobre as visitas feitas ao Tribunal de Contas dos Municípios e do Estado de Goiás, no dia 9/6/2003, e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, na tarde de hoje, dia 10/06/2003, o que é feito pelo relator, Deputado Antônio Carlos Andrada. O Presidente esclarece que o inteiro teor desta reunião consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2003.

ATA DA 10ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Segurança Pública, em 12/6/2003

Às 9h30min, comparecem na Escola Estadual Juscelino Kubitschek, no Município de Ibitité, os Deputados Sargento Rodrigues, Célio Moreira e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Dinis Pinheiro. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o crescente aumento da criminalidade no município e na região e comunica o recebimento de ofício do Desembargador Lúcio Urbano da Silva Martins, Secretário de Defesa Social, comunicando a impossibilidade de comparecer a esta reunião. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Célio Moreira, em que solicita se peça ao Comandante-Geral da PMMG que envie a esta Comissão cópia do projeto de planejamento e orçamento da mudança da sede da 11ª Cia. da PMMG, e Dinis Pinheiro (2), em que solicita sejam enviadas as notas taquigráficas e a filmagem desta reunião ao Governador do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante-Geral da PMMG, e em que solicita seja realizada visita desta Comissão ao Governador do Estado, para pleitear algumas providências no Município de Ibitité. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados que discorrerão sobre o crescente aumento da criminalidade no Município de Ibitité e na região. Registra-se a presença do Ten. Cel. Marcelo Aleixo, representando o Comandante-Geral da PMMG; dos Srs. Nilton de Fátima Miranda, Delegado de Polícia, representando o Chefe da Polícia Civil, e Antônio Pinheiro Filho, Prefeito Municipal de Ibitité, e outras autoridades municipais, os quais são onvidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Dinis Pinheiro, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições, e ao público presente. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convida os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2003.

Sargento Rodrigues, Presidente - Alberto Bejani - Rogério Correia.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 49ª reunião ordinária, em 18/6/2003

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 436/2003, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que solicita ao Secretário de Planejamento informações sobre o projeto que visa à construção de um Centro Administrativo do Governo do Estado, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 452/2003, da Comissão de Saúde, em que solicita ao Secretário da Saúde informações sobre o surto de conjuntivite que atinge Minas Gerais, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 526/2003, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que solicita ao Secretário da Fazenda cópia do atual contrato que rege as relações comerciais entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Itaú S.A. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 534/2003, da Comissão de Administração Pública, em que solicita ao Procurador-Geral do Estado informações sobre as negociações, perspectivas e o planejamento para o pagamento de precatórios do Estado, com atenção aos pontos que menciona, e ainda o encaminhamento de cópia do requerimento às autoridades que especifica. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 553/2003, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita aos Secretários de Planejamento e Gestão e de Defesa Social informações acerca da aplicação do que dispõem os arts. 140 e 141 da Lei Complementar nº 65, de 16/1/2003, que tratam, respectivamente, da integração de servidores públicos investidos na função de Defensor Público na data de publicação da lei e da equiparação dos servidores estaduais no exercício da função de Assistente Jurídico de Penitenciária ao Quadro de Defensores Públicos do Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que altera os §§ 1º e 4º do art. 128 e o inciso XXVI do art. 90 da Constituição do Estado e o art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 105/2003, da Deputada Lúcia Pacífico, que dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimento comercial manter exemplar do Código de Defesa do Consumidor disponível para consulta. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 37/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a informação ao consumidor de alteração no peso, no número de unidades ou no volume de produto exposto à venda no comércio varejista. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 71/2003, da Deputada Maria José Haueisen, que proíbe a inscrição dos devedores de tarifas públicas em cadastros de consumidores inadimplentes. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 9h30min do dia 18/6/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 80 e 89/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 387, 559 e 560/2003, do Deputado Fábio Avelar; 394/2003, do Deputado João Leite; 405/2003, do Deputado Mauri Torres; 408/2003, do Deputado Miguel Martini; 448/2003, do Deputado Padre João; 506/2003, do Deputado Wanderley Ávila; 558/2003, do Deputado Dinis Pinheiro;

Requerimentos nºs 751/2003, da Deputada Ana Maria; 752, 754, 861 e 868/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 802/2003, do Deputado Leonardo Quintão; 804 e 805/2003, do Deputado Márcio Passos; 835/2003, do Deputado Chico Simões; 863/2003, do Deputado Djalma Diniz; 864/2003, do Deputado Laudelino Augusto; 867/2003, do Deputado Adalclever Lopes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 18/6/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 25/2003, do Deputado Jayro Lessa; 46/2003, do Deputado Miguel Martini; 119/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 304/2003, da Deputada Ana Maria, e 513/2003, do Deputado Ermano Batista.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 14ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 18/6/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 800 e 801/2003, do Deputado Leonardo Quintão; 851/2003, do Deputado Doutor Viana; 862/2003, do Deputado Djalma

Diniz; e 870/2003, do Deputado Doutor Ronaldo.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 24/6/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a falta de segurança e a violência que vêm sofrendo os taxistas, os motoristas e os cobradores de ônibus e, conseqüentemente, a população que utiliza esses meios de transporte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 8h30min do dia 18/6/2003, destinada ao encerramento do Seminário Legislativo Minas na Reforma Tributária.

Palácio da Inconfidência, 17 de junho de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Ramos, Célio Moreira, Mauro Lobo e Roberto Carvalho, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/6/2003, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de ouvir profissionais do sexo do hipercentro de Belo Horizonte, que estão sendo ameaçados de morte.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2003.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 48/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Neider Moreira, Bonifácio Mourão, Adalclever Lopes e Chico Simões, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/6/2003, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2003.

Bonifácio Mourão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Domingos Sávio, Dalmo Ribeiro Silva, Carlos Pimenta, Chico Rafael, Dinis Pinheiro, Jô Moraes e Leonardo Quintão, membros da Comissão de Administração Pública; Jayro Lessa, Chico Simões, Gil Pereira, Irani Barbosa, José Henrique e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 18/6/2003, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 724/2003, do Tribunal de Justiça e de se discutirem e votarem proposições das Comissões.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2003.

Ermano Batista, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Célio Moreira, Durval Ângelo, Gustavo Valadares e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/6/2003, às 15h30min, no Plenarinho I, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2003.

Mauro Lobo, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar Nº 21/2003

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Procurador-Geral de Justiça do Estado, o Projeto de Lei Complementar nº 21/2003 dispõe sobre o acesso do Ministério Público Estadual a banco de dados de caráter público ou relativo a serviço de relevância pública.

Publicada no "Diário do Legislativo", a proposição foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que, em exame preliminar, concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria.

Agora, vem o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto ao seu mérito, nos termos do art. 102, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição sob comento visa a acrescentar o inciso XIV ao art. 67 da Lei Complementar nº 34, de 1994, que trata da organização do Ministério Público, de modo a garantir a este órgão constitucional, no exercício de suas atribuições, a prerrogativa de consultar banco de dados de caráter público ou relativo a serviço de relevância pública. Cabe ressaltar que preceito semelhante consta no inciso VIII do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 75, de 1993, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União e cujas disposições aplicam-se subsidiariamente aos órgãos correspondentes dos Estados membros da Federação.

Na condição de órgão permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, a instituição de que se cogita tem o dever de zelar pela ordem jurídica, pelo regime democrático e pelos interesses sociais e individuais indisponíveis e tem como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, conforme se depreende da regra do art. 119 da Carta mineira. É incontestável a importância do Ministério Público no estado democrático de direito, que pressupõe a existência de uma Constituição, o respeito ao sistema normativo e a repartição equilibrada de atribuições entre os Poderes do Estado.

No exercício da função administrativa de proteção à ordem jurídica, o citado órgão necessita de um conjunto de prerrogativas para alcançar esse desiderato, algumas das quais estão expressamente consagradas no estatuto superior, encontrando-se outras mencionadas na legislação complementar que organiza a instituição. Tais poderes não significam privilégios atribuídos a Procuradores e Promotores de Justiça; pelo contrário, trata-se de prerrogativas inerentes à natureza da atividade desempenhada por esses profissionais do direito, que têm o dever constitucional de defender os interesses da sociedade. Assim, o plexo de poderes assegurados ao Ministério Público está preordenado ao atingimento de seus objetivos. Quem quer os fins deve disponibilizar os meios, razão pela qual o Estado deve dotar a instituição em referência dos instrumentos e faculdades indispensáveis à defesa do cidadão.

Diferentemente da norma complementar que regula a matéria no âmbito federal, a Lei Complementar nº 34 não prevê expressamente a possibilidade de o Ministério Público ter acesso a banco de dados de caráter público, o que poderia dificultar sua plena atuação. É exatamente essa lacuna da lei mineira que ora se pretende suprir por meio da proposição em análise, no intuito de prestigiar a eficiência de tal atividade pública e evitar possíveis questionamentos judiciais em assuntos dessa natureza.

Dessa forma, consideramos a iniciativa oportuna e conveniente aos interesses da sociedade mineira, que necessita de um Ministério Público dotado de poderes suficientes para o fortalecimento do regime democrático e a proteção da ordem jurídica.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 21/2003.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2003.

Domingos Sávio, Presidente e relator - Dalmo Ribeiro Silva - Jô Moraes - Dinis Pinheiro - Leonardo Quintão.

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Nº 9/2003

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Deputado Leonardo Quintão, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre os procedimentos a serem observados nos contratos de serviços terceirizados e fornecimento em que participa a administração pública do Estado de Minas Gerais.

Aprovada no 1º turno na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública, foi a proposição distribuída a este órgão colegiado para, nos termos do art. 189 do Regimento Interno, emitir parecer

sobre a matéria no 2º turno de votação.

Fundamentação

A proposição em análise visa a exigir a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias, fiscais e trabalhistas por parte das empresas contratadas para a prestação de serviços terceirizados nas áreas que especifica.

O Tribunal Superior do Trabalho, em vários julgados, vem entendendo ser subsidiária a responsabilidade da administração pública relativamente à questão.

Nesse sentido, a Lei nº 9.444, de 1987, que dispõe sobre licitação e contratos administrativos no âmbito do Estado de Minas Gerais, previu, em seu art. 85, que pode a administração pública exigir, a qualquer tempo, a comprovação do cumprimento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do contrato, como condição para pagamento de seus créditos. A referida norma foi alterada, posteriormente, pela Lei nº 13.407, de 1999, a qual dispôs que os órgãos da administração pública direta ou indireta condicionarão o pagamento das faturas do contrato à comprovação, por parte do contratado, da quitação mensal das obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias.

Conforme salientou a Comissão de Constituição e Justiça, a matéria objeto do projeto em análise já se encontra normatizada e em vigência. Por esse motivo, apresentou o Substitutivo nº 1, visando apenas a acrescentar à lei estadual de licitação e contratos administrativos o dispositivo que prevê a responsabilidade do gestor do órgão contratante. Ainda em 1º turno, na Comissão de Administração Pública, foi apresentada uma emenda supressiva com o intuito de evitar inconstitucionalidade pela apropriação de conceito do direito civil, matéria sobre a qual o Estado está impedido de legislar.

Dessa forma, somos pela aprovação da matéria, por aperfeiçoar a legislação em vigor.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 9/2003 no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Redação do Vencido no 1º Turno

PROJETO DE LEI Nº 9/2003

Acrescenta o § 5º ao art. 85 da Lei nº 9.444, de 25 de novembro de 1987, que dispõe sobre as licitações e os contratos da administração centralizada e autárquica do Estado e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O art. 85 da Lei nº 9.444, de 25 de novembro de 1987, alterado pela Lei nº 13.407, de 21 de dezembro de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

"Art. 85 -

§ 5º - Verificado o dolo ou a culpa, o gestor do órgão contratante se responsabilizará por ressarcimento feito pela administração pública em decorrência de descumprimento do disposto no § 3º deste artigo."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2003.

Domingos Sávio, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - Dinis Pinheiro - Jô Moraes - Leonardo Quintão.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 4/6/03, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/03/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Chico Rafael

exonerando, a partir de 13/6/03, Paula Pastor Nogueira do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Dilzon Melo, matrícula 5898-0, no período de 5 a 19/6/2003.

Mesa da Assembléia, 11 de junho de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Malacacheta. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Clínica Mariza Chagas e Walter Sales Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: ONCOMED - Centro de Prevenção e Tratamento de Doenças Neoplásicas Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: UNICOOPER - Cooperativa de Profissionais na Área de Saúde. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Centro de Medicina Reprodutiva S/C Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Rádio Imagem Serviços Médicos S/C Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Fisiomater - Grupo de Fisioterapia S/C Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Medicina Especializada Baeta Vianna Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Centro de Medicina Nuclear de Belo Horizonte Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Clínica Odontológica GMS Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Clínica do Coração Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Clínica Urológica Dr. Otto Henrique Chaves. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Clínica Urológica Otto Henrique Chaves. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Objeto deste aditamento: correção da razão social da contratada. Vigência: a partir da assinatura.